



ESTADO DE SERGIPE  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
 RECORTE DE JORNAIS**

## MPE e OAB questionam delegado; Adepol o defende

O Ministério Público Estadual (MPE) já começou a acompanhar as investigações anunciadas anteontem pela SSP para apurar a prisão do enteado do secretário João Eloy e a conduta do delegado plantonista Augusto César Mendes Oliveira, responsável pela ocorrência e que já justificou ter liberado Ítalo Bruno e Eduardo Aragão por "não ter visto dolo" na tentativa de assalto ao taxista.

O promotor Jarbas Adeline Santos Júnior, curador de Controle Externo da Atividade Policial do órgão, já fez um requerimento formal de informações à secretaria e aguarda a conclusão dos inquéritos e processos abertos pela Delegacia Especial de Turismo (Detur) e Corregedoria de Polícia Civil (Corregepol). Ontem, Jarbas preferiu manter a cautela, mas disse que, a princípio, pode ter havido erro na conduta do delegado, que não lavrou a prisão em flagrante de Ítalo e Eduardo, "quando aparentemente deveria ter lavrado".

"Ainda não tenho subsídios para que eu possa afirmar categoricamente que eles teriam praticado ou não qualquer tipo de crime contra a administração pública. É necessário ter cautela neste momento. O Ministério Público vai acompanhar tudo e, caso achemos necessidade de instaurar algum procedimento próprio para apurar a conduta da autoridade policial, assim o faremos", assegurou o promotor.

Na visão do presidente estadual da Ordem, Carlos Augusto Nascimento, os dois acusados deveriam ser mantidos presos em flagrante, aguardando decisão da Justiça. "São três crimes que não cabem fiança. O delegado deveria lavar a ocorrência, manter os presos recolhidos e encaminhar todo o processo para decisão posterior da Justiça", disse Nascimento, avaliando ainda que a situação cria um precedente grave na segurança pública. "Será que esse mesmo tratamento seria dispensado ao filho de um cidadão comum que passasse pela mesma situação?", questionou.

**Adepol** - Em nota divulgada ao fim da tarde, a Associação dos Delegados de Polícia de Sergipe (Adepol) saiu em defesa do delegado Augusto César. A entidade disse que "repudia veementemente qualquer tentativa injusta e leviana de macular a imagem e honra do valoroso profissional, bem como de afrontar a autonomia e independência funcional dos delegados de polícia". Ela também argumenta que o plantonista agiu com autonomia e dentro de suas prerrogativas, pois, segundo a nota, "o delegado de polícia é a única autoridade policial responsável pela condução da investigação criminal e cabe somente a ele decidir sobre as circunstâncias de materialidade e autoria autorizadas da prisão em flagrante".

**OAB** - A conduta do delegado plantonista também foi criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE), que também manifestou interesse em acompanhar o caso e apontou a existência de três crimes inafiançáveis cometidos por Ítalo e Eduardo: posse ilegal de uso restrito, tentativa de roubo e uso de documento falso, já que Eduardo, ao ser detido pela PM, tentou se apresentar como policial civil, apresentando uma carteira vencida do Gabinete Militar do Estado.

"A Adepol conhece o caráter e responsabilidade do Dr. Augusto César e tem plena convicção que ele agiu de acordo com seu convencimento, após análise técnico-jurídica do fato, livre de qualquer ingerência externa. Ademais, as providências preliminares foram tomadas não havendo qualquer prejuízo à persecução criminal, e assim que todas as circunstâncias forem devidamente apuradas o inquérito policial será concluído e encaminhado ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, oportunidade em que poderá, se for o caso, ser decretada a prisão preventiva dos investigados", acrescenta a nota. (Gabriel Damásio)